

CONFORMISMO E RESISTÊNCIA: PRÁTICAS DE MORADORES E DE ENTIDADES EXTERNAS NAS OCUPAÇÕES DA CIC - CURITIBA/PR¹

Aline Sanches²

Carolina Gama³

Introdução

Nas periferias, a moradia e a infraestrutura são autoproduzidas em meio a dificuldades técnicas, pouca disponibilidade de recursos e condições precárias. É o caso do conjunto de ocupações Nova Primavera, 29 de Março, Tiradentes e Dona Cida⁴, que se localizam na regional⁵ da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), no município de Curitiba. Embora tenham sido ocupadas com a organização do Movimento Popular por Moradia (MPM), e demonstrem formas de reivindicação, por vezes, os moradores não entendem a moradia como um direito social, e sim como uma responsabilidade individual, havendo ainda uma auto culpabilização neste imaginário (CARNEIRO, 2019).

Além das constantes ameaças de remoção, comum a diversos territórios pelo país, essas quatro ocupações passaram por momentos críticos, entre os quais um incêndio que destruiu parte da 29 de Março em 2018 e, recentemente, a pandemia de Covid-19⁶. Essas situações, vivenciadas em contexto de conflito, podem indicar práticas contra-hegemônicas, como também, revelar a precarização da vida e diversas camadas de despossessão. Estas duas emergências destacam também a colaboração de diversas entidades que atuam pontualmente, ou ainda que tem um trabalho contínuo em outros momentos.

Desse modo, a partir destes dois momentos e considerando as contradições vividas pelos moradores das ocupações urbanas, o artigo analisa as práticas cotidianas de moradores e de entidades externas que atuam na CIC, a fim de auxiliar no entendimento de uma relação ambígua de conformismo e resistência, na medida que se conformam com situações de precariedade, mas também são presença ativa na transformação e na produção do lugar.

¹ O texto tem como base a dissertação “Entre a indeterminação da vida e o direito à cidade na periferia: estudo de ações coletivas nas ocupações da CIC”, defendida em 2021 na Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

² Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Mestra em Planejamento e Governança Pública.

³ Graduada em Arquitetura e Urbanismo.

⁴ Embora possuam dinâmicas próprias, por ocuparem uma área contígua, serão tratadas aqui como “ocupações da CIC”.

⁵ Divisão administrativa do território em Curitiba.

⁶ Foi realizado um levantamento por meio de notícias de jornal e meios de divulgação das ocupações para levantar as mais diversas entidades que atuam no local. Em sequência, definido dois momentos críticos, emergências, que marcaram o local.

Para isso, parte-se da compreensão por meio da relação dialética das práticas cotidianas dos agentes que atuam na CIC, por meio da análise de Chauí (2014) para cultura. Esta perspectiva tem a ambiguidade como base, e considera que a conformidade está dentro da resistência, e vice e versa. Não sendo, assim, uma relação pura ou dicotômica, mas as práticas e as ações possuem conjuntamente os dois sentidos. Há uma ambiguidade, em que ao mesmo tempo há uma conformidade na responsabilização individual e uma resistência ao sobreviver, ao reivindicar melhorias.

Momentos críticos

O primeiro momento crítico foi um incêndio que ocorreu no dia 8 de dezembro de 2018 na 29 de Março. Na imprensa, foi noticiado como um incêndio criminoso, após um dia de violência nas quatro ocupações da CIC (VASCONCELOS, 2018). Imediatamente em sequência, houve a ação coletiva de reconstrução das casas, e um certo fortalecimento dos vínculos sociais. A partir dessa emergência houve um aumento da mobilização de entidades externas como ONGs, Universidade, coletivos que se sensibilizaram com a tragédia. E ainda, os moradores destacam a colaboração da mídia, especialmente alternativa, para a divulgação do ocorrido.

Embora a solidariedade se destaque, nesse momento existiam diversas contradições relatadas nas entrevistas, como roubos do que sobrou do incêndio; desarticulação das coordenações das associações de moradores e de entidades; e, trabalhos pontuais, que ajudaram no momento do incêndio, mas que não teriam continuidade.

O segundo momento crítico foi a pandemia de Covid-19, limitando-se, na pesquisa, ao período de março a dezembro de 2020. Houve um aprofundamento das desigualdades sociais. Com moradias precárias, falta de instalações sanitárias nas casas e ausência de uma rede de saneamento básico, a doença pode se espalhar mais facilmente. E ainda, com as restrições, muitas pessoas perderam o emprego ou não conseguiram ir às ruas trabalhar – e, quando conseguiam, enfrentavam um transporte público lotado.

Por meio da pesquisa, compreende-se que esses dois momentos críticos auxiliam na compreensão das ações coletivas. Entretanto, momentos anteriores contribuem na compreensão das práticas e na criação de vínculos sociais. Estar disponível, de prontidão (MARTINS, 2013), quando ocorrem emergências como essas, contribui para essas relações.

A partir desses dois momentos, foram elencadas entidades a serem entrevistadas e após conversas com tais grupos, foi possível entrevistar: Coordenação de cada uma das quatro

ocupações; Academia (Projeto Ocupações Urbanas e coordenador do Plano Urbanístico Emergencial da 29 de Março); Movimento Social (Movimento Popular por Moradia e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra); ONG (TETO); Instituto (Instituto de Democracia Popular); Legislativo (Vereadora Prof. Josete - PT); e, Órgãos Públicos (Defensoria Pública, e outro que não quis se identificar). Cabe ressaltar, que por vezes, a entrevista é voltada ao olhar do entrevistado.

Vínculos em práticas cotidianas

As entrevistas buscaram compreender a importância das práticas do cotidiano, que muitas vezes são fragmentadas e pontuais, mas que colaboraram na construção de vínculos sociais, nas demandas urgentes, frente à indeterminação da vida e à ausência do Estado. O fazer cotidiano é parte de mudanças mais amplas que visam à resistência, à mobilização e, num horizonte mais distante, à transformação social.

Desde o início das ocupações da CIC, o MPM preocupou-se com o fortalecimento de vínculos e reconhecimento coletivo entre os moradores. Entretanto, para o entrevistado do movimento, faltou estabelecer espaços comunitários de uso cotidiano no início das ocupações.

Notou-se que, além dos eventos e das atividades cotidianas, as precariedades na infraestrutura urbana muitas vezes induzem uma certa integração entre os moradores. Quando as demandas por políticas sociais e urbanas não são supridas pelo Estado, recai sobre os moradores a necessidade de se organizarem na autoprodução da moradia e da infraestrutura.

Outra questão relacionada às demandas diárias em torno da sobrevivência é a preocupação com as crianças das ocupações. Onde as políticas públicas não chegam adequadamente, em meio à falta de vagas nas creches, dificuldade de acesso à escolas próximas ou que ofereçam atividades no contraturno, são diversas as estratégias que dão suporte à vida cotidiana, como espaços estabelecidos para que as crianças se sintam parte da organização popular, desenvolvam suas habilidades e não se aproximem do narcotráfico, ou ainda, com atividades que auxiliam o desenvolvimento do trabalho em grupo, empatia, capacidades de aprendizado, não se limitando a um reforço escolar.

O segundo aspecto recorrente nas entrevistas foi o relato dos vínculos entre as coordenações das associações de moradores e os atores externos que, com frequência ou esporadicamente, atuam nas ocupações da CIC.

Percebe-se que não é simples de se estabelecer relações de confiança. São várias entidades que atuam nas ocupações da CIC, seja como grupos organizados ou fragmentados.

Em especial, após o incêndio houve visibilidade entre as entidades e as pessoas que se sensibilizam com a pauta da moradia, como o grupo do PLUE, Mobiliza e a TETO. Com a pandemia, novos atores entram em cena, como “grupos de amigos”, ONGs e igrejas que se reúnem para realizar doações pontuais.

As entidades entrevistadas possuem objetivos, formas de atuação e metodologias distintas. Para que ocorram ações em conjunto com as associações de moradores, há uma disputa pelo tempo, com reuniões e ações do movimento social, de ONGs, institutos etc., que querem colaborar com o local, e não possuem necessariamente uma articulação entre eles, resultando muitas vezes em uma sobreposição de atividades. Embora o trabalho articulado entre as entidades seja interessante, não se defende que se limite a um único bloco, visto que as atuações distintas podem atingir objetivos diferentes.

O terceiro e último aspecto destacado refere-se às ações pontuais realizadas pelas entidades. Na emergência, muitas ações são tomadas a partir de decisões rápidas, que podem se configurar em objetivos maiores para a transformação social, mas muitas vezes são pontuais, que partem das demandas cotidianas. É um nível de atuação importante, que não pode desconsiderar a urgência das pessoas, embora não estejam dentro do objetivo final.

Logo que ocorreu o incêndio, por exemplo, a atuação relatada pelas entidades era relacionada a doações, em sequência pela reconstrução e pela reivindicação dos direitos. Destaca-se, que entidades como o MST e POU, reforçaram que as doações realizadas durante os períodos de reconstrução após o incêndio e a pandemia, não fossem vistas como assistencialismo e sim como ações de solidariedade, que também ocorrem em outros momentos de emergência.

Algumas entidades compreendem que a atuação possui limitações e a realiza de forma pontual, como o caso da vereadora e da defensora pública. Atuam a partir de demandas das ocupações da CIC que, embora fragmentadas, buscam um horizonte de transformação social. O MPM, por outro lado, possui um caráter político e de trabalho cotidiano. Quando havia um horizonte de concretização das políticas habitacionais, o movimento possuía uma força maior para a organização dos moradores. Apesar da atuação do movimento não se limitar às políticas habitacionais, com os cortes do governo federal em relação ao Programa Minha Casa Minha Vida, o MPM passa a perder espaço com os moradores (HOLANDA, POLLI, 2019).

Tais práticas não ocorrem sem contradições: são submetidas a tensionamentos hegemônicos e contra hegemônicos (OLIVEIRA, 2018). A entrevistada do órgão público de fiscalização demonstra os tensionamentos internos ao órgão. A TETO, ao mesmo tempo em

que busca a equidade social e a participação política, foca a maior parte de seus esforços em um produto e não em seu projeto – as casas temporárias.

Mesmo em situações emergenciais, como os casos relatados, o Estado se mostrou omissivo por meio da Prefeitura Municipal de Curitiba, reforçando a indeterminação da vida. No incêndio, a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB) se limitou a um auxílio financeiro que não atingiu todas as famílias e sequer compensava o valor da perda, além de não oferecer uma solução temporária de moradia. Na pandemia, não se ofereceu suporte especial às ocupações urbanas. É por meio dos vínculos de solidariedade estabelecidos e das entidades que os moradores resistem e sobrevivem.

Considerações finais

A indeterminação da vida é presente quando há uma sequência de emergências, com a espoliação urbana. Se conformar com a responsabilização e ao mesmo tempo produzir vínculos por meio das práticas insurgentes é uma forma de resistir. A conformidade e a resistência, nesse aspecto, se mostram como uma relação ambígua.

Ainda, a conformidade está presente nas limitações de cada entidade, seja no modelo institucional da pesquisa científica do POU ou na morosidade das políticas públicas e na falta de recursos municipais. As figuras públicas se mostraram importantes para o apoio em pressionar o poder público a realizar as políticas sociais, mesmo que sua participação seja pontual em momentos críticos.

Compreender as limitações auxilia sua superação ou seu contorno, de forma a persistir e resistir. A resistência está no cotidiano, nas ações de solidariedade, quando se busca uma vida digna e há o horizonte de transformação social.

Com a precarização, as demandas básicas para a sobrevivência diária são postas em primeiro plano. Entretanto, em meio às práticas cotidianas, é possível ver indícios de uma discussão política mais ampla, que muitas vezes se esvai devido às emergências. Ao mesmo tempo, o entendimento dos direitos é fragilizado devido às diversas camadas de despossessão e de precariedade. Há um espaço das incertezas, uma constante luta pelo existir. Essa ambiguidade, entre o conformismo e resistência, reflete nas lutas urbanas, que são uma forma de reivindicar direitos, transformar ou por vezes se adaptar ao sistema em que estão inseridos.

Ao avaliar a atuação e os vínculos das entidades, percebe-se que as entidades externas já possuíam atuação nas ocupações da CIC anteriormente aos momentos críticos, seja de modo permanente, como o MPM, ou pontual, como a Defensoria Pública. Estar disponível em

diversos momentos, inclusive estarem de prontidão em meio às emergências, pode contribuir para o fortalecimento de vínculos com as coordenações.

Embora a resistência muitas vezes se limite ao processo jurídico de reintegração de posse ou às ações emergências relacionadas à sobrevivência cotidiana, essas não podem ser menosprezadas ou desvalorizadas. A luta e a experiência pela cidade tenciona o *status quo* e pode ser condutora de transformações mais amplas na forma de se pensar a política habitacional ou o direito à terra urbanizada, ainda mais dentro de um país desigual como o Brasil, que produziu uma urbanização excludente e especulativa.

Referências

CARNEIRO, P. B. **Representações sociais sobre o direito à cidade e à habitação: um olhar da periferia**. 144 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

CHAUÍ, M. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. In: SANTIAGO, H. (Ed.). **Conformismo e resistência**. Works. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 15–147.

HOLANDA, A.; POLLI, S. A. Movimento Social e Política Pública: Conflitos e lutas por moradia. In: POLLI, S. A.; FARIA, J. R. V. de; SOUZA, M. de; GUSSO, R. J. (Eds.). **Conflitos urbanos em Curitiba**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019, p. 199.

MARTINS, J. de S. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, Aracaju, v. 1, n. ju/dez. 2013, p. 13-48, 2013. DOI: 10.20336/rbs.41.

OLIVEIRA, L. S. V. **Práxis de Política Urbana no Brasil: Movimentos e Articulações Nacionais e Internacionais na Construção do Direito à Cidade**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

VASCONCELOS, F. Ocupação 29 de março: cenas de guerra e indignação. **Brasil de fato Paraná**, 2018. Disponível em <<https://www.brasildefatopr.com.br/2018/12/08/ocupacao-29-de-marco-cenas-de-guerra-e-indignacao>>. Acesso em 6 ago. 2020.